

ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL À LUZ DO DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

**Cristiane Regina Corbari
Jaqueline Aparecida Oliveira Santander
Jociane Martins Pedroso
Roseli dos Santos
Neiva Gallina Mazzuco**

Este estudo objetiva analisar as políticas sociais no Brasil, particularmente as da educação, e sua vinculação com o desenvolvimento no período de 1930 a 2002, tendo o materialismo histórico dialético como referencial teórico-metodológico e, como fontes obras de Cardoso (1981, Faletto(1981), Prebisch(2000), Marini(2000), Ouriques(1996), Freitas(1999) e outras. Para uma avaliação mais detalhada destas políticas sociais é necessário observar que as mesmas revelam as características específicas do capitalismo brasileiro, tendo em vista que emanam do Estado e, por este estar submetido aos interesses gerais do capital, precisa ampliar seus mecanismos de controle social por meio das políticas sociais. Esta compreensão não desconsidera os aspectos contraditórios próprios do real o que nos leva a entender que à medida em que tais políticas servem ao Estado como controle e administração da lógica capitalista, também contribuem para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Para entender a categoria desenvolvimento partimos de duas correntes distintas. Na primeira, encontramos autores como Cardoso, Faletto e Prebisch defendendo a tese que países periféricos podem chegar aos patamares de desenvolvimento dos países centrais. Na segunda, estudamos os teóricos Marini e Ouriques, os quais defendem que, no capitalismo, os países periféricos nunca alcançarão o mesmo desenvolvimento que os países centrais. Concordando com esta segunda vertente, defendemos que o avanço de uma nação se dá em função do retrocesso de outra(s) e que na sociedade de classes, não há possibilidades de superação da condição de dependência dos países periféricos. Partindo desse pressuposto, analisamos algumas políticas educacionais enfatizando as do ensino superior, entendendo que elas têm favorecido a iniciativa privada, “isentando” o Estado de sua manutenção bem como da formação e qualificação dos professores e da ampliação da oferta de vagas. Nessa direção, também vemos a redução incessante dos recursos para o ensino fundamental destacando a estimulação por parte do Estado na entrada da iniciativa privada nas escolas públicas por meio dos Amigos da Escola, APMFs, Grêmios Estudantis, Conselho Escolar entre outras iniciativas que têm como principal objetivo, a desresponsabilização do Estado com a manutenção da educação, trazendo em seu bojo um discurso ideológico sobre a democratização da escola pública, ressaltando que todos podem e devem participar para a sua melhoria. Assim, além de promover sutilmente a privatização, o Estado também consegue convencer a maior parte da comunidade escolar que essas parcerias melhoram as condições de ensino. Como resultado dessas análises, destacamos a compreensão de que as políticas sociais não resolvem a situação de miséria da classe explorada, apenas a ameniza por ser necessário à manutenção do capitalismo, e que as políticas educacionais implantadas no Brasil desde 1930 têm inibido um questionamento mais crítico a respeito dos rumos que a educação pública vem tomando, não subsidiando que a classe explorada compreenda que, constitucionalmente, é dever do Estado manter integralmente as instituições educacionais públicas.